



ministrada levando em consideração a idade pedagógica apropriada, respeitado o disposto no artigo 1º desta Lei.

Art. 2º. A Administração Pública municipal respeitará o direito da família em assistir, criar e educar seus filhos menores, em consonância com o art. 229 da Constituição Federal e o art. 1.634 do Código Civil.

§ 1º – Os Serviços Públicos municipais garantirão aos pais e responsáveis o direito a que seus filhos menores recebam a educação moral e religiosa que esteja de acordo com suas convicções, consoante dispõe o art. 12.4, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

§ 2º – Os servidores públicos municipais poderão cooperar na formação moral de crianças e adolescentes, desde que, previamente, apresentem às famílias o material pedagógico, cartilha ou qualquer tipo de publicação que pretendam apresentar ou ministrar em aulas ou outro tipo de atividade, em obediência aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade e publicidade, a que estão sujeitos todos os servidores públicos no exercício de suas funções, conforme artigo 37 da Constituição.

Art. 3º. Ao contratar serviços ou adquirir produtos de qualquer natureza, bem como patrocinar eventos ou espetáculos públicos ou programas de rádio, televisão ou redes sociais, a administração direta ou indireta do Município fará constar cláusula obrigatória de respeito ao disposto no art. 1º desta Lei pelo contratado, patrocinado ou beneficiado, sob pena de rescisão e penalidades legais. Parágrafo único – O disposto neste artigo se aplica a contratações de propaganda ou publicidade, assim como aos atos de concessão de benefícios fiscais ou creditícios.

Art. 4º. Esta Lei não se aplica quando a publicidade, evento, serviço ou produto não for acessível a criança ou adolescente.

Art. 5º. A Administração Pública municipal obedecerá às normas estabelecidas pela Constituição e as leis federais brasileiras, além do disposto nesta Lei, especialmente os sistemas de saúde, direitos humanos, assistência social e de Educação.

Art. 6º. Os servidores públicos municipais têm o direito de se recusar a praticar ato ou participar de atividade que viole o disposto nesta Lei, nos termos do Estatuto dos Servidores Municipais de Mesquita.

Art. 7º. Qualquer pessoa jurídica ou física, inclusive servidores públicos, pais ou responsáveis por criança ou adolescente, poderá representar à Administração Pública municipal quando houver violação ao disposto nesta Lei.

Art.8º. Este Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Mesquita, 12 de junho de 2019.

JORGE MIRANDA
Prefeito

LEI Nº 1118 DE 12 DE JUNHO DE 2019

Autor: Poder Executivo

Altera dispositivos da Lei 903, de 3 de junho de 2015 (Dispõe sobre a reestruturação do regime próprio de previdência social do Município de Mesquita/RJ e sobre a entidade de previdência e dá outras providências), notadamente o percentual da taxa de administração, em prestígio ao equilíbrio atuarial e financeiro do Regime Próprio de Previdência;

A CÂMARA MUNICIPAL DE MESQUITA, por seus representantes legais aprova e eu sanciono a seguinte, Lei:

Art. 1º Altera o *caput* do 92 da Lei 903, de 3 de junho de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 92. O valor anual da taxa de administração para manutenção do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Mesquita corresponderá a 1,00 % (um por cento) do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados e beneficiários vinculados, com base no exercício anterior.

Art. 2º. A compensação de que trata o §8º Lei 903, de 3 de junho de 2015 terá eficácia desde a vigência da Lei nº 903/15, cujo custeio se operará com a respectiva taxa de administração.

Art. 3º. Observado o artigo 2º desta lei, eventuais reservas administrativas oriundas de superávit da taxa preconizada art. 92, da Lei nº 932/15 serão preferencial e excepcionalmente utilizadas para custeio das repetições de indébito previdenciário decorrentes da decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, nos autos do Recurso Extraordinário (RE) 593068.

Art. 4º. Esta lei passa a vigorar a partir da data da sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário, autorizado ao Executivo a posterior publicação da lei 903/15 consolidada.

Mesquita, 12 de junho de 2019.

JORGE MIRANDA
Prefeito